



**Boas práticas com
resultados reais para
o Nordeste brasileiro**



ÍNDICE

Apresentação ... 02

Editorial ... 04

A inclusão social e produtiva da agricultura familiar no PNPB

FETRAF-BRASIL: ativa na organização da produção ... 08

Entrevista - entenda o papel da FETRAF-BRASIL na política nacional de Produção e Uso do Biodiesel e sua atuação como interveniente dos produtores

Mamona, o ouro verde do semiárido ... 10

Garantia de mercado, preço justo e ampliação de renda ... 12

Assistência técnica diferenciada impulsiona produção de oleaginosas ... 14

Cidadania à população do campo ... 16

Atividade agrícola com segurança ... 18

Inclusão social e produtiva ... 20

**Participação da agricultura familiar na produção de girassol
é fundamental para o desenvolvimento do país ... 22**

Cooperativa contabiliza ganhos ... 24

Produção de mamona estimula organização ... 26

**Cooperativismo fortalece a agricultura familiar, promove a
inclusão social e gera renda aos produtores ... 27**



Apresentação

Com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar, promover a inclusão social e gerar renda aos agricultores familiares, especialmente do nordeste e semi-árido, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), aliado à atuação da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF-BRASIL) contribui significativamente para o desenvolvimento do país.

Conscientes da importância da produção familiar baiana, que, a exemplo, é responsável por 83% do feijão produzido no estado, 91% da mandioca, 60% das aves e 52% do leite, a FETRAF e a política nacional de inclusão da agricultura familiar no processo produtivo de biocombustível objetivam, com vistas ao desenvolvimento sustentável, proporcionar aos produtores a oportunidade de melhorar a qualidade de vida, garantindo renda e agregando valor à produção.

Nesta publicação, você poderá conhecer uma pequena parte da transformação social que os agricultores familiares têm vivido ao participar desta política nacional



como fornecedores de matéria prima e de produtos finais, com mercado e preços garantidos para compra da produção, além de contratos com prazos de cinco anos e dispondo de serviços de assistência técnica.

A FETRAF-BRASIL, que tem como um de seus princípios incentivar e organizar a constituição de cooperativas de produção e comercialização, cada vez mais intensifica suas ações para que os 17 mil produtores, dos quais a entidade é interveniente, tenham, de todos os atores envolvidos nesse processo de inclusão da agricultura familiar, as condições necessárias para proporcionar o desenvolvimento social, local, sustentável e solidário.



A inclusão social e produtiva da agricultura familiar no PNPB

Editorial

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), lançado em 2004 pelo Governo Federal, nasceu com a estratégia de viabilização da produção e o uso do biodiesel no país com foco na inclusão social de agricultores familiares e no fortalecimento das potencialidades regionais para produção de matérias-primas.

Apesar de todos os benefícios previsíveis e esperados do ponto de vista ambiental e econômico, o PNPB foi lançado tendo o aspecto social como um de seus principais alicerces, e coube ao

MDA a responsabilidade de operacionalizar a estratégia social do Programa, criando formas de promover a inserção qualificada de agricultores familiares na cadeia de produção do biodiesel.

Para cumprir essa meta, o MDA, juntamente com a Comissão Executiva Interministerial do PNPB, criou o Selo Combustível Social, componente de identificação concedido à unidade produtora de biodiesel que cumpre os critérios descritos na sua Instrução Normativa nº 01, de 19 de fevereiro de 2009.

A institucionalização do Selo Combustível Social permitiu, dessa forma, a participação da agricultura familiar na cadeia

do biodiesel com números significativos. Nos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008, o número de estabelecimentos da agricultura familiar que realizaram contratos de compra e venda, receberam assistência técnica e fomento, e que efetivamente venderam matérias-primas para as empresas produtoras de biodiesel foi de 16.328, 40.595, 36.746, e 27.858 respectivamente.

Em 2009 e 2010, com um aumento do aprendizado adquirido por todos os atores da cadeia, houve uma ampliação considerável dos números de agricultores familiares no programa, com a participação de 51.047 e 100.371 estabelecimentos da agricultura familiar em parceria com empre-



sas de biodiesel.

Em relação à organização econômica da agricultura familiar, também houve avanços. O número de cooperativas da agricultura familiar participantes do PNPB como fornecedoras de matéria-prima para empresas produtoras de biodiesel apresentou um comportamento ascendente desde o início do programa, crescendo de 4 cooperativas em 2006 para 59 em 2010. Nas regiões Nordeste e Semiárido, muitas delas surgiram com os incentivos do Programa. Em 2008, era apenas 1 cooperativa da agricultura familiar participando do PNPB no Nordeste e em 2010 esse número subiu para 10.

Em relação aos valores envolvidos nas aquisições da agricultura familiar realizadas por empresas detentoras do Selo Combustível Social, a situação também é de avanço. Em 2006, 2007, 2008 e 2009, as empresas compraram da agricultura familiar

em todo país R\$ 68,5 milhões, R\$ 117,5 milhões, R\$ 276,5 milhões e R\$ 677,34 milhões, respectivamente. Já no ano de 2010, as aquisições da agricultura familiar apresentaram um crescimento de mais de 56% em relação ao ano anterior com uma marca de R\$ 1,058 bilhão em compras de matérias primas.

Esse avanço, muito em parte, se deve a diversas iniciativas realizadas em conjunto com todos os atores participantes do programa, a se destacar as discussões com as entidades representativas da agricultura familiar como a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF) para atualização os instrumentos legais do programa, a consolidação metodológica do Projeto Pólos de Biodiesel para todas as regiões do Brasil, a qualificação das demandas de projetos e convênios do MDA para fomento à participação da agricultura familiar no

PNPB, a criação de uma agenda positiva com as empresas detentoras do Selo e com cooperativas da agricultura familiar participantes do programa, a melhoria quantitativa e qualitativa dos contratos e da assistência técnica aos agricultores familiares, entre outros.

Entretanto, apesar dos avanços traduzidos em números significativos, o PNPB ainda apresenta alguns desafios. Esses desafios passam principalmente pela heterogeneidade das famílias participantes, a necessidade de maior diversificação de oleaginosas e a eficiência em fornecer, de fato, matérias primas da agricultura familiar para a produção de biodiesel.

O modelo de inclusão social do PNPB, inédito no mundo, propôs um modelo de parceria entre agricultores familiares e indústria, e naturalmente muitos desses agricultores nunca antes haviam participado de uma cadeia



agroindustrial exigente em escala, tecnologia e eficiência produtiva.

Logo, os agricultores familiares, especialmente os das Regiões Norte, Nordeste e Semi-Árido, naturalmente passam por um período de transição e necessitam de um trabalho estrutural de reforço e incentivo a pesquisa e difusão de tecnologias para oleaginosas com potencial para a região, qualificação dos agentes de assistência e capacitação técnica, programas de correção e preparo de solo, incentivos à organização produtiva, entre outros.

Não só os agricultores familiares em si, mas todos os atores envolvidos com a inclusão social no PNPB, como as entidades representativas e cooperativas da agricultura familiar, empresas produtoras de biodiesel, governo, técnicos, órgãos de pesquisa e assistência técnica, também passam por um momento de aprendizado, no qual se vêem impelidos a se organizarem, se capacitarem e a evoluírem com o PNPB.

Essa evolução natural e desafiadora levou o MDA a traba-

lhar com todos esses atores buscando inserir a agricultura familiar brasileira, tão diversa, de forma qualificada e sustentável, acompanhando seu ritmo e suas particularidades regionais.

As Regiões Sul e Centro Oeste possuem as maiores participações regionais nas aquisições da agricultura familiar no PNPB. No caso da região Sul, esses destaque se dá pela combinação do grande número de estabelecimentos da agricultura familiar participando do programa, a maior organização desses estabelecimentos em cooperativas aumentando a atratividade para a indústria compradora de matérias primas e a predominância regional da oleaginosa soja, matéria prima com vantagens de consolidação técnica e produtiva em relação às demais.

No caso da região Centro Oeste, o destaque se dá pela combinação da predominância regional da oleaginosa soja, assim como na região Sul, e também pelas maiores áreas médias permitidas para a agricultura familiar, com efeitos diretos no volume de

grãos produzido.

Para essas duas regiões, há ainda destaque para iniciativas de diversificação importantes com as culturas da canola, girassol e gergelim.

Quanto às outras regiões, com maiores iniciativas de arranjos produtivos com outras oleaginosas diferentes da soja, também houve crescimento nas aquisições, apesar de mais tímidos que nas regiões Sul e Centro Oeste. Na Região Nordeste, as aquisições conjuntas de mamona e girassol vêm aumentando gradativamente, passando de R\$ 5,1 milhões em 2008 para R\$ 26,7 milhões em 2009 e para R\$ 46,3 em 2010.

No caso da mamona, oleaginosa predominante nessa região, o PNPB gerou benefícios também do ponto de vista da organização de sua cadeia produtiva. Essa oleaginosa, cultivada há anos por agricultores familiares no Nordeste e Semiárido, sempre teve uma cadeia caracterizada pela desorganização dos agricultores, pela incerteza da venda do



produto e pelo oportunismo dos compradores. Com o Selo Combustível Social, os agricultores passaram a ter maior segurança com contratos realizados com a indústria, preços mínimos garantidos pelo Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF) e assistência e capacitação técnica assegurada.

Dessa forma, as compras de mamona no PNPB vêm proporcionando renda para as famílias envolvidas e impulsionando economicamente os seus territórios. É preciso, portanto, aumentar esforços para o aumento da produção e da produtividade da oleaginosa nas regiões de semiárido, ancorados na criação de um sistema eficiente de produção, transferência e difusão de tecnologia para o campo.

Na Região Norte, a agricultura familiar participou do PNPB fornecendo palma de óleo para a indústria em 2008 com vendas de aproximadamente R\$ 2,4 milhões. Em 2010, esse valor já aumentou

para R\$ 3,5 milhões em vendas de palma de óleo da agricultura familiar.

Essa participação tende a crescer com o lançamento do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo, lançado pelo Governo Federal em 2010. Os resultados esperados são promissores diante da abrangência das várias ações já iniciadas, tais como o lançamento do zoneamento ecológico econômico, a publicação do zoneamento agroclimático para as regiões prioritárias, a criação da linha de crédito do PRONAF Eco para o dendê, as ações de regularização fundiária e os trabalhos de organização da base produtiva e diagnóstico da agricultura familiar nas regiões de abrangência do Programa.

Ante o exposto, percebe-se que o PNPB e o Selo Combustível Social ainda podem avançar mais. Para que os avanços se concretizem, é de grande importância a participação social, para que os atores interessados, junto com o

MDA, possam superar os obstáculos e gargalos que se apresentaram para os próximos anos.

Os grandes desafios que se colocam no horizonte são a necessidade de revisão da proposta tributária do biodiesel para aumentar os benefícios da diversificação e de se trabalhar com a agricultura familiar, promover a maior difusão de tecnologia para o campo que estimule a diversificação e o aumento de produtividade através de programas de PD&D, promover o fortalecimento de cooperativas de agricultores familiares, entre outros.

O MDA está trabalhando para isso e conta com a ajuda da FETRAF para que o PNPB e o Selo Combustível Social sejam cada vez mais alternativas de geração de renda, via inclusão produtiva, para os agricultores familiares de todo Brasil.

*** Por Marco Antônio Viana Leite**
Coordenador Geral de Biocombustíveis do MDA



FETRAF-BRASIL: ativa na organização da produção

Entidade representativa dos agricultores familiares, a FETRAF-BRASIL é interveniente de 17 mil produtores com contratos de compra de oleaginosas e organiza 12 cooperativas de produção e comercialização no Nordeste e Semiárido.

Para entender melhor qual o papel da entidade na política nacional de Produção e Uso do Biodiesel, e sua atuação como interveniente, a coordenadora Geral da FETRAF-BRASIL, Elisângela Araújo, explica, nessa entrevista, como ocorreu a participação da Federação na formulação da política pública, aponta desafios e perspectivas de futuro.

Revista: Qual a participação da FETRAF-BRASIL no PNPB?

Elisângela: Bem, a participação da FETRAF-BRASIL vem desde o início do Programa. Na elaboração, em conjunto com todos os movimentos sociais, CONTAG, Via Campesina, e com a CUT. Participamos do debate de formulação do Programa, que envolveu a criação do Selo Combustível Social, Legislação, atuamos desde o período de construção. Participamos do programa de capacitação junto com a Via Campesina, por meio o MTE [Ministério do Trabalho e Emprego], fazendo a capacitação de agentes para mobilizar e organizar as famílias. Esse processo foi desenvolvido na Bahia, Minas e Ceará. Além disso, desenvolvemos ações nacionais de mobilização.

Revista: Como se deu a organização dos agricultores familia-



res para participarem do PNPB?

Elisângela: A FETRAF-BRASIL só organizou as famílias para o plantio das oleaginosas a partir do momento em que a Petrobras Biocombustível entrou no Programa, porque antes as empresas que faziam a comercialização, a industrialização, tinham uma relação de contrato muito ruim. Tivemos vários problemas, principalmente no Nordeste, por isso, um ano depois que a Petrobras Biocombustível entrou no processo é que a FETRAF começou a fazer um trabalho de organização e capacitação das famílias para produzir as oleaginosas, mais especificamente nos três estados: Bahia, Minas e Ceará, que é onde tem as usinas da empresa.

Revista: Todos os cursos de capacitação foram realizados depois do ingresso da Petrobras Biocombustível no PNPB?

Elisângela: Sim, porque foi a própria Petrobras que entrou com outra visão do Programa, com outra

visão para a agricultura familiar, trabalhando essa questão social, dando suporte. Além do curso de capacitação de jovens que ocorreu nos três estados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), a Região Sul também iniciou a organização e mobilização para a Petrobras Biocombustível com a produção de soja. Depois disso, a FETRAF realizou projeto, com o apoio do setor de Comunicação da empresa, para organizar cooperativas e qualificar a equipe técnica, assistência técnica. Esse trabalho durou cerca de um ano. A partir daí, as cooperativas organizadas pela FETRAF celebraram contratos com a empresa e o recurso de assistência técnica foi estabelecido entre as cooperativas e a Petrobras Biocombustível. Por isso nosso papel de interveniente.

Revista: Como ocorre essa intervenção?

Elisângela: A FETRAF tem um papel de avaliar, de abonar os contratos de compra e venda feitos com as cooperativas e, com

agricultores individuais. Isso não é o que nós defendemos [contratos individuais], mas devido algumas realidades, é o que acontece, principalmente na Bahia e Sergipe.

Além de ser interveniente das cooperativas da própria FETRAF, fazemos a interveniência também em cooperativas de movimentos parceiros, a exemplo do MST, na Bahia, e em Sergipe, para contribuir para que as cooperativas desses movimentos tenham condições de celebrar os convênios, tanto de assistência técnica (AS-TEC), como também da comercialização, da compra e venda da oleaginosa. Nós também acompanhamos todo o debate que é feito, as reuniões de avaliação com a empresa e no MDA [Ministério do Desenvolvimento Agrário].

Revista: Qual a avaliação desses sete anos de PNPB e, quais as expectativas para o futuro?

Elisângela: Recentemente fizemos um debate para avaliação do Programa. A Presidenta Dilma está fazendo a reestruturação do PNPB, e a FETRAF está participando desse processo. Nossa contribuição é no sentido de debater a essência, a constituição do Programa e também a execução como um todo, através das nossas cooperativas organizadas no Nordeste e no Sul do Brasil. Nós estamos muito preocupados com os rumos que o Programa tem tomado. Primeiro, o governo tem deixado muito a responsabilidade para as empresas que comercializam e industrializam a produção. Responsabilidades de assistência técnica, de acompanhamento da produção. A agricultura familiar precisa avançar mais no processo da industrialização, da agregação. A nossa perspectiva é fazer o esmagamento, a entrega do óleo, ou seja, ingressar num processo também industrial, mas a agricultura familiar tem que ser preparada para isso, e não houve incentivo do governo na estruturação das cooperativas para que pudessem gerir os empreendimentos industriais nesse sentido.



Nós tínhamos muita expectativa. Além da renda com a produção da oleaginosa produzida em consórcio, o PNPB fez com que avançássemos na questão de mercado, de organização da produção e comercialização, mas precisamos de uma readequação do Programa que aponte para outra condição para a região Nordeste.

Revista: Para a FETRAF, quais são os principais pontos que a reestruturação do PNPB precisa conter?

Elisângela: Estruturação das cooperativas, apoio na questão da logística e gestão, pois é um desafio muito grande para a agricultura familiar. Elas precisam ter capital de giro. É preciso melhorar o acesso ao crédito, DAP [Declaração de Aptidão ao Pronaf], DAP jurídica das cooperativas. Isso ainda é muito complicado. Tem o zoneamento agrícola que é um problema. Tem região que está zoneada para uma determinada produção numa Safra e na outra não está, e o agricultor precisa continuar produzindo. Têm locais em que o zoneamento não foi feito, e o Ministério da Agricultura não avança nisso. Se não tiver o zoneamento para a produção dificulta, se torna impeditivo para o acesso ao crédito no banco. Aumentar e qualificar a assistência técnica, que fica a cargo somente da empresa, e isso não é suficiente. Os profissionais fazem o acompanhamento muito específico só para a produção de

oleaginosa e a assistência técnica para uma propriedade tem que ser integral. Outra questão é a recuperação de solo.

Revista: O que a atuação da Petrobras Biocombustível no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel representa para a agricultura familiar, especialmente para os produtores do nordeste e semiárido?

Elisângela: Uma oportunidade de renda. Oportunidade de ter assistência técnica, organização da produção e comercialização. Eu gostaria muito que o Programa continuasse com os mesmos objetivos à essência do qual ele foi criado, e que o governo garantisse toda a condição para isso. Esse é um Programa que daria para avançarmos bastante porque as próprias cooperativas que produzem e comercializam as oleaginosas, são cooperativas de produção que estão conseguindo entregar produtos para o PAA [Programa de Aquisição de Alimentos], PNAE [Programa Nacional de Alimentação Escolar], e tudo isso são coisas que se somam. Uma cooperativa que consegue ter uma logística, condição de organização, ela tem mais condição de acesso aos programas, às políticas públicas. Hoje, vemos na Bahia, região Oeste, Semiárido, cooperativas que, a partir dessa oportunidade com a Petrobras Biocombustível estruturaram e estão contribuindo em outros processos de comercialização e de renda para os agricultores familiares.

Mamona, o ouro verde do semiárido

No Brasil, com o clima tropical predominante, a mamona teve seu alastramento facilitado. A região Nordeste possui mais de 85% da área plantada do país, e a produção corresponde a 78% da produção nacional de bagas, sendo que a maior parte é proveniente do Estado da Bahia.

Nos anos 70, a oleaginosa teve grande importância para a agricultura e a economia do Semiárido brasileiro, mas, com o passar o do tempo, e com a instabilidade de mercado, produzir mamona deixou de ser seguro.

Entretanto, com a política de incentivo do Governo Federal, com a criação do PNPB e com os contratos com empresas que garantem assistência técnica, prazo contratual de até cinco anos e preço de mercado para compra do produto garantido, nova possibilidade de geração de renda surgiu aos agricultores familiares.

A partir do cultivo de cinco hectares e uma produção média entre 700 e 1,2 mil quilos por hectare, a renda pode variar entre R\$ 2,5 mil e R\$ 3,5 mil. Além disso, a área pode ser consorciada com outras culturas, como o feijão e o milho.





Garantia de mercado, preço justo e ampliação de renda

É estímulo ao desenvolvimento social, econômico e produtivo da agricultura familiar



“A Cooperativa, trabalhando em parceria para o plantio da mamona, só trouxe vantagens, pois comercializa nossa produção a preço justo, o que não acontecia no passado. Além de melhorar a qualidade de vida gerando emprego e renda, o que é muito difícil em nosso sertão, onde a chuva é cada vez mais pouca e irregular, onde a vida do homem do campo é sofrida e, para ganhar o pão de cada dia, é preciso muito esforço, veio a Cooperativa, e trouxe uma luz para o nosso caminho e a esperança de que teremos dias melhores”, Milton Evangelista Cotrim, 47 anos do Distrito de Morrinhos, município de Guanambi, integrante da Cooperativa Mista Agropecuária para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar (COOMADAC).

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel promoveu o desenvolvimento da atividade agrícola no Nordeste brasileiro, fomentou o trabalho das cooperativas de produção e comercialização para proporcionar ao agricultor familiar as condições básicas para produzir, com garantia de mercado para venda.

Além do aumento da renda, hoje, em média, um produtor de mamona ganha, por ano, o valor bruto de R\$

Acesso ao mercado é direito do produtor

Para Valbenito Vieira da Silva, técnico agrícola da COOMADAC, as ações da Cooperativa no processo de mobilização e organização dos produtores para lutar pela inserção no mercado institucional significam lutar pelo direito à cidadania plena.

“Ela teve o papel principal na construção de uma política agrícola voltada para o fortalecimento da agricultura familiar, procurando sua inclusão na cadeia produtiva de biodiesel, buscando agregar valor e incentivando o cultivo com culturas alimentares, além de incentivar o agricultor a participar de outros programas para geração de renda”, considerou.

Atualmente, 500 famílias são beneficiadas pela compra da mamona. Pertencentes

2.400,00, pela plantação de mamona num espaço mínimo dois hectares e no máximo de cinco hectares. Num período de oito meses, são produzidos no mínimo 800 quilos de mamona por hectare, e, desde agosto de 2008, mais de 30 toneladas de mamonas sem casca já foram entregues pela COOMADAC, segundo Genilton Xavier da Silva, presidente da entidade.

De acordo com Genilton, a venda da mamona é a

aos municípios de Caetité, Guanambi, Lagoa Real, Caculé e Ibiassucê, os agricultores familiares já entregaram cerca de 30 toneladas da oleaginosa. Os produtores, que ganham a semente para iniciar a produção e dispõem de acompanhamento técnico em todos os estágios de desenvolvimento da cultura em breve terão adubo e equipamento agrícola para mecanização da terra.

A ação da COOMADAC e seus cooperados vendendo a mamona diretamente à empresa produtora de biodiesel impediu a atuação de um dos atores que mais prejudicam a continuidade da produção da agricultura familiar, os atravessadores que, acostumados a comprar os alimentos a preços baixos, atrasavam o desenvolvimento produtivo, social e econômico.

primeira experiência da Cooperativa com as vendas institucionais.

“A cultura da mamona já tinha se perdido na nossa região por falta de mercado, de alguém que comprasse. A produção era apenas de subsistência. Hoje, o agricultor planta na certeza de que o grão que ele produziu vai ser comprado. Isso proporcionou ampliação da renda e agregação de valor aos nossos produtos”, explica o presidente.

Assistência técnica impulsiona produção

Ela dinamiza o processo produtivo e gera nova

A assistência técnica fornecida para o cultivo de oleaginosas é um diferencial.

No Oeste da Bahia, cerca de 600 unidades rurais produtoras passaram a ser atendidas por um corpo técnico de seis profissionais das ciências agrárias com a organização dos agricultores familiares realizada pela Cooperativa Mista de Agricultores Familiares do Oeste da Bahia (COOMAF).

Isso proporcionou con-

dições de levar as orientações técnicas para as culturas oleaginosas, assim como obter outras informações técnicas e sócio-econômicas que dinamizam a atividade da agricultura familiar do Território da Bacia do Rio Grande, Oeste Baiano.

Como característica local, o conceito arraigado da agricultura de subsistência foi uma das barreiras quebradas para garantir êxito no PNPB. Estabeleceu-se, então, processo de convencimento, com

base em informações sobre como, porque e quando plantar o girassol e a mamona a serem fornecidos para a Pbio.

De acordo com a Cooperativa, os agricultores familiares foram estimulados a desenvolver as culturas do girassol e da mamona devido à garantia de aquisição da produção e preços mínimos estabelecidos.

“Com a introdução do girassol, da mamona e com a garantia de compra, os agricultores tiveram um incremen-



ica diferenciada ção de oleaginosas

perspectiva de vida aos agricultores familiares

to na renda, principalmente na cultura da mamona, consorciada com as culturas alimentares tradicionais (feijão, milho, gergelim, mandioca, melancia, abóbora). Isso proporcionou, além do ganho com a venda das oleaginosas, a segurança alimentar da família e região”, explica Carmélia Marques, presidente da COOMAF.

Até então, como a atividade produtiva era quase exclusiva para subsistência familiar, a venda de produtos era feita de forma esporádica, sendo comercializado apenas o que excedia da produção para necessidades básicas alimen-

tares.

Hoje, levando em consideração que: a média dos produtores familiares que plantam dois hectares tem renda média mensal entre um e dois salários mínimos; a baixa produtividade média no caso da mamona é de cerca de 360 kg a 420 kg (6 a 7 sacas) por hectare; e o valor da saca de mamona é de R\$ 70,00 e o salário mínimo vale R\$ 545,00, chega-se ao resultado aproximado de 10 % de

incremento na renda anual do agricultor. E isso, não é motivo de desânimos para os produtores.

“A princípio o resultado obtido pode parecer desanimador, no entanto diante de tantas dificuldades enfrentadas, a perspectiva é das melhores, visto que estamos trabalhando com afinco para eliminá-las ou diminuí-las”, expôs Carmélia.





Cidadania à população do campo



A Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia (COOTEBA) que, desde 2008 entrega cerca de 700 quilos de mamona por hectare, e por Safra, identificou nesta oportunidade um meio de promover o desenvolvimento sustentável e cidadania à população do campo.

Com a missão de fortalecer a agricultura familiar, proporcionando aos produtores aumento de renda, a organização social e produtiva possibilitou aumento em dobro no orçamento familiar dos 7.100 cooperados que entregam mamona e girassol.

Para Aldenes Meira Santos, presidente da COOTEBA, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), com o propósito de promover a inclusão social, caracterizou-se como um diferencial para os agricultores familiares.

“Esses três anos em que temos trabalhado entregando produtos para a produção de biocombustível foram muito positivos para os agricultores familiares. Antes, toda a nossa produção de oleaginosa era entregue para o cartel das indústrias químicas, que deixavam o preço lá embaixo. A compra garantida a um preço justo, além de agregar valor aos

nossos produtos, possibilitou a vinda de mais agricultores para o semi-árido”, explicou Aldenes.

De acordo com Marcos de Andrade, coordenador de assistência técnica da COOTEBA, “antes, esses mesmos agricultores vendiam a produção de 700 quilos por R\$ 38 a saca, mas houve uma guinada nos preços pagos, que já chegaram a R\$ 115”, declarou. Atualmente, a saca está cotada em R\$ 100, segundo informações do técnico.

A geração de emprego é fator relevante no PNPB. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, entre os anos de 2005 e 2010, cerca R\$ 4 bilhões foram investidos de na indústria do biodiesel e 1,3 milhão de empregos foram gerados.

Vale lembrar que esse aumento de emprego abrange a contratação de profissionais de assistência técnica.

A Cooperativa, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos aspectos sociais, culturais e ambientais, conta com mais de 90 técnicos agrícolas e agropecuários para assessorar, de forma específica, agricultores de 113 municípios baianos.

Atividade agrícola com segurança

A partir do PNPB, uma oscilação positiva no preço do quilo de grãos de mamona configurou-se aos produtores



Sendo uma fase no cenário econômico, a população assistiu a oscilações dos preços dos produtos agrícolas e sua queda continuada. Em 2006, a produção de mamona chegou a custar R\$18,00 a saca, o que desestimulou os agricultores familiares a continuar a atividade.

Com parte da produção voltada para subsistência e o excedente vendido em feiras livres, fatores como atuação de atravessadores e sementes de qualidade inferior para plantação ocasiona-

vam redução da oferta de produtos e consequentemente da renda. Sem falar nas irregularidades climáticas que, ao colocar as famílias em situação de vulnerabilidade, fizeram com que algumas dessas famílias evadissem dos assentamentos da reforma agrária e vendessem o seu dia de trabalho familiar fora da propriedade, na tentativa de buscar novas alternativas para o processo de produção.

Mas, a partir do Programa do Biodiesel, uma oscilação positiva no preço do quilo de grãos de mamo-

na (baga), configurou-se aos produtores. Segundo informações da Cooperativa Regional de Reforma Agrária da Chapada Diamantina (COOPRACD), o valor passou de R\$/Kg 0,30 em 2006, para R\$/Kg 1,16 em 2009, chegando a R\$/Kg 1,30 em 2011, dando boas perspectivas e maior segurança à atividade agrícola.

A COOPRACD conta hoje com 1.100 famílias dos municípios de Itaetê, Iramaia, Boa Vista do Tupim e Wagner sendo beneficiadas com o desenvolvimento da produção de oleaginosas.

Dando conta do recado

Com a prestação de assistência técnica oferecida pela CCA-BA, os impactos positivos são observados também no aumento de 50% da área plantada com a cultura da mamona nos assentamentos da reforma agrária, o que se reflete em 30% a mais na produtividade.

“Por se tratar de uma cultura tradicional desses municípios e apresentarem condições edafoclimáticas ideais para o seu desenvolvimento, a mamona é considerada o ouro verde do semi-árido nordestino, mais especificamente em Itaetê e municípios vizinhos da Chapada Diamantina, que conjuntamente com a implantação do Programa do Biodiesel vem criando condições de comercialização, disponibilizando assistência técnica gratuita e garantia de preços mínimos, revitalizando essa atividade agrícola tão importante para esta região”, considerou Fernandes, engenheiro agrônomo da COOPRACD.

“A agricultura familiar vem dando a resposta à questão da produção”, declara Fernandes. Para ele, prova da capacidade produtiva são os diversos sistemas de produção encontrados nos assentamento dentro de área de abrangência da Cooperativa.

Para Edvando dos Santos, agricultor familiar, assentado da reforma agrária e presidente da COOPRACD, o Programa do Biodiesel ajudou a recuperar a importância da cultura da mamona na região. Sendo o carro chefe da produção e consorciada com o feijão, o milho e o amendoim, abóbora, melancia, andu e mandioca, agregam ainda mais valor à produção.



Inclusão social e produtiva

A inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do Biodiesel, por meio das cooperativas, é um exemplo de compromisso com o desenvolvimento sustentável

O fomento à organização social e à inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do Biodiesel, por meio das cooperativas, é um exemplo de compromisso com o desenvolvimento sustentável, aliado à promoção do estado social dos agricultores familiares do Brasil.

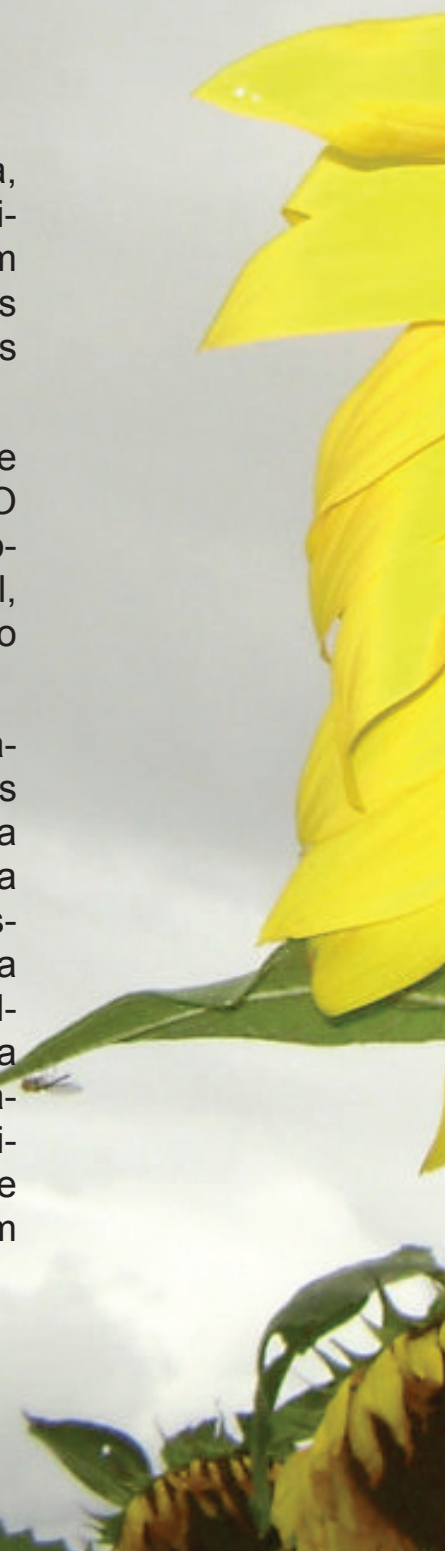
É nessa perspectiva que a Cooperativa dos Produtores Rurais de Olindina (COOPERO) organiza cerca de cinco mil agricultores familiares na luta pela conquista da cidadania.

Ao auxiliar os cooperados no processo de comercialização da produção agropecuária e na compra de insumos agrícolas, a COOPERO presta assessoria técnica sistemática

que, de forma específica, respeita e valoriza a realidade e cultura local, além de viabilizar o acesso dos cooperados às políticas públicas.

Para a produção de biodiesel, a COOPERO conta com 1.900 produtores no cultivo de girassol, em média de 300 quilos do produto por hectare.

Para o agricultor familiar Jose Ribeiro dos Santos, “a organização da COOPERO e a compra garantida de todos os nossos produtos geraram uma renda a mais sobre as culturas produzidas em minha propriedade, proporcionaram minha participação diretamente na produção e comercialização junto com a Cooperativa”.





Participação da agricultura familiar na produção de girassol é importante para o desenvolvimento econômico

Aos produtores, traz a responsabilidade de produzir os dois produtos para a população: o alimento e o combustível, além de delinear a possibilidade de um novo mercado

A agricultura familiar, caracterizada pela diversidade produtiva e cenário produtivo e econômico distinto nas diversas partes do Brasil, tinha nas regiões sul e centro-sul de Sergipe, um grande desafio para iniciar a produção de girassol. Hoje, o trabalho é compensador.

O sul do Estado, concentrando agricultores familiares que viviam basicamente da produção de frutas como maracujá, laranja, coco entre outras e, na maioria das vezes, não dispunham de assistência técnica e acesso à tecnologia para orientação e gestão da produção, contrastava com o centro-sul, onde agricultores produtores de grãos (milho e feijão) já detinham tecnologia para o plantio, condução e colheita mecanizados da lavoura.

De acordo com Carlos Alan Pereira, engenheiro agrônomo da Cooperativa de Produção, Comercialização

e Prestação de Serviços dos Agricultores Familiares de Indiaroba e Região, (COOPERAFIR), a adaptação dos agricultores a uma nova cultura foi um desafio.

“Eles estavam acostumados ao plantio e manejo de fruteiras que é totalmente diferente de uma cultura produtora de grãos, e na região sul do Estado, havia a falta de maquinário disponível”, conta Pereira.

Entretanto, os benefícios valeram a pena, pois com o serviço de assistência técnica, de preparo e calagem [preparo do solo com calcário para elevar a quantidade de cálcio, magnésio e demais nutrientes para o solo], bem como, com o uso adequado da adubação observando a análise de solo, “contribuíram consideravelmente para o aumento da produtividade e consequentemente para o aumento da renda do agricultor familiar, disse o agrônomo.

Em avaliação, Adinaldo do Nascimento Santos, presidente da COOPERAFIR explica que, por se tratar de uma cultura nova a ser disseminada no Nordeste, a paciência foi imprescindível para mensurar o sucesso.

“Às vezes queremos que um programa dê resposta logo na primeira, segunda safra, mas não é assim que funciona. A partir do momento em que uma nova cultura é introduzida, é preciso um tempo considerável para adaptação e evidenciar o progresso. Nossa região é produtora de laranja. Se esse fosse o produto ideal a ser demandado, o retorno seria muito mais rápido. Por isso, nesses três anos, as melhorias foram contínuas e gradativas”, explica Santos.

Hoje, tendo em vista que o programa de produção de oleaginosas na agricultura familiar é uma inserção complementar à produção fami-

Agricultura familiar é fundamental para o país

produtos mais importantes
para a cooperativa a

liar, os produtores da base da
Cooperativa tiveram aumento
aproximado de 30% na renda,
o que segundo Adinaldo, sig-
nifica cerca de R\$ 750 no ciclo
produtivo de quatro meses do
cultivo do girassol.

Para o presidente, a
participação da agricultura
familiar na produção de gi-
rassol, é fundamental para
o desenvolvimento do país,
uma vez que ela possibilita a
responsabilidade de produzir
os dois produtos mais impor-
tantes para a população: o ali-
mento e o combustível, além
de delinear para a cooperati-
va a possibilidade de um novo
mercado, no que se refere à
produção do óleo de girassol.

Desde 2009, já foram
vendidas cerca de 120 tone-
ladas de grão de girassol, ou
seja, toda a produção da agri-
cultura familiar dos territórios
da cidadania do Sul Sergipa-
no e Centro-Sul, que a Co-
operativa abrange.



Cooperativa contabiliza ganhos

A produção de girassol mudou a vida de 700 famílias do Sertão de Sergipe



Desde 2009, com a cultura do girassol, a Cooperativa Regional dos Assentados de Reforma Agrária do Sertão de Sergipe (COOPRASE) tem contabilizado os ganhos. Plantar, sabendo para quem vender foi fundamental para continuação da produção, conforme elencou João Gomes da Silva, presidente da COOPRASE:

“Com o recebimento de sementes, sacas para armazenamento, assistência técnica, garantia de compra dos produtos a um preço mínimo e projeto de recuperação de solo, a produção de girassol se tornou um diferencial para nós”, considera Silva.

A introdução da cultura do girassol na região do Alto Sertão sergipano, que concentra a bacia leiteira do Estado, fez com que o co-produto do beneficiamento dos grãos (bagaço) também fosse utilizado, e introduzido na alimentação animal.

Atualmente, a COOPRASE estuda a possibilidade de comercializar o produto que sobra do esmagamento dos grãos [torta de girassol], de forma que este tenha valor em torno de R\$ 55,00, o equivalente ao valor pago à torta de soja.



Adaptação positiva do cultivo de girassol



“A adaptação da cultura ao consórcio das alimentares foi bastante positiva, sempre levando em conta as peculiaridades de cada consórcio”, avaliou Lucas de Oliveira, engenheiro agrônomo da COOPRASE.

De acordo com Lucas, para alcançar esse resultado, a Cooperativa estabeleceu parceria com a empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para que, com o desenvolvimento de Unidades Demonstrativas [áreas em que é desenvolvida a cultura do girassol], os agricultores pudessem aprender sobre os tipos de plantios, consócios e adquirir técnicas e práticas sob orientação da empresa.



Produção de mamona estimula organização

Após um ano de mobilização, sensibilização e cadastramento de agricultores familiares, COAFTI conta 1.600 associados para venda do produto

Há cerca de três anos, o fortalecimento da agricultura familiar, voltada para a produção de mamona, em decorrência do (PNPB) tem fomentado a iniciativa organizativa da Cooperativa da Agricultura Familiar do Território do Irecê (COAFTI). A entidade tem gerado 25 empregos diretos, garantindo a permanência de dois mil agricultores familiares nas propriedades,

contribuindo para a redução do êxodo rural.

Depois de um ano realizando o trabalho de sensibilização, capacitação e cadastramento de agricultores familiares, a Cooperativa adquiriu a possibilidade de constituir 16 núcleos de produção, tendo cada um no mínimo 100 agricultores familiares e, de contratar técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos para

orientação do trabalho a ser desenvolvido.

Hoje, com 1.600 cooperados pertencentes ao território de Irecê e às Bacias dos Rios Verde e Jacaré, agricultores familiares de 20 municípios, também da Chapada Diamantina Setentrional, vendem mamona para produção de biocombustível.



Cooperativismo fortalece a agricultura familiar, promove a inclusão social e gera renda aos produtores

Com vistas ao desenvolvimento social e sustentável

Desde 1986, a Cooperativa Agropecuária Mista da Região de Alagoinhas (Coopera) organiza os agricultores familiares do Território Litoral Norte Agreste de Alagoinhas, no que se refere à produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar, com o objetivo de propor aos trabalhadores do campo aumento da renda com desenvolvimento social e sustentável, ao passo em que fortalece a agricultura familiar.

Nessa perspectiva, a COOPERA, que iniciou o processo organizativo produtivo a partir do trabalho de formação da Escola Família Agrícola da Região de Alagoinhas, promove ações de capacitação nos setores político, econômico e social de todos seus associados.

Antes de cultivar o girassol para produção de biocombustível,

a agricultura familiar local detinha-se no cultivo de mandioca, milho, amendoim, hortaliças e citricultura, além da criação de pequenos animais como aves, suínos e caprino ovinocultura, voltados para subsistência.

Com o ingresso no PNPB em 2009, uma nova oportunidade de complementação de renda configurou-se como realidade aos agricultores familiares, e a COOPERA passou a

desenvolver assistência técnica direcionada à produção de girassol.

Ao todo, 14 toneladas da oleaginosa já foram entregues pelos 350 agricultores familiares da COOPERA dos municípios de Inhambupe, Alagoinhas, Aporá, Sátiro Dias, Araças, Catu, Aramarí, Itanagra, Entre Rios, Esplanada e Pedrão.



Boas práticas com resultados reais para o Nordeste brasileiro





Coordenação Executiva Nacional FETRAF-BRASIL/CUT

Coordenadora Geral:

Elisângela dos Santos Araújo – BA

Coordenador da Secretaria Geral:

Marcos Rochinski – PR

Coordenador de Gestão e Finanças:

Marco Antônio Augusto Pimentel – SP

Coordenador de Reforma Agrária:

Lázaro Souza Bento – GO

Coordenador de Política Agrícola:

Alexandre Bergamin – SC

Coordenadora de Meio Ambiente:

Maria da Graça Amorim – MA

Coordenadora de Formação e Organização Sindical e Juventude:

Maria Josana de Lima – RN

Coordenador de Política de Habitação:

Celso Ricardo Ludwig – RS

Coordenador de Políticas Sociais:

Antônio Chaves do Nascimento – PI

Coordenadora de Mulheres:

Viviane Pereira de Oliveira - PA

Conselho Fiscal

1. João Caetano – PE
2. Ana Rita da Silva – MG
3. Manoel Arnoud Peixoto – CE

Suplentes do Conselho Fiscal

1. Marciel Virgulino- PB
2. Ivete Fátima Zini Panstenim-MT
3. Raimunda Maria de Fátima Monteiro - AM

EXPEDIENTE

Jornalista Responsável:

Fernanda Silva - MTB: 51.447/SP

Redação e edição

Fernanda Silva

Colaboração:

Cooperativa Mista de Agricultores Familiares do Oeste da Bahia (COOMAF)

Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia (COOTEBA)
Cooperativa Regional de Reforma Agrária da Chapada Diamantina (COOPRACD)

Cooperativa dos Produtores Rurais de Olindina (COOPERO)
Cooperativa de Produção, Comercialização e Prestação de Serviços dos Agricultores Familiares de Indiaroba e Região, (COOPERAFIR)

Cooperativa Regional dos Assentados de Reforma Agrária do Sertão de Sergipe (COOPRASE)

Cooperativa da Agricultura Familiar do Território do Irecê (COAFIT)

Cooperativa Agropecuária Mista Da Região de Alagoinhas (Coopera)

Central dos Assentamentos da Bahia (CCA- BA)

Fotografia

Marcos Andrade

Arquivo de todas as cooperativas

Projeto Gráfico e Diagramação:

Paula Morena

Tiragem:

1000 exemplares

Edição Especial

Edição 1 Ano 1

Brasília- DF

Dezembro de 2011

